

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Fica, Geraldo

As associações que integram a Coalizão Indústria se reuniram num jantar em Brasília em homenagem ao secretário da Indústria e Comércio, Uallace Moreira Lima. Ali, foi repassado o sentimento do setor produtivo do desejo de manutenção do vice-presidente Geraldo Alckmin no cargo de ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, bem como de toda a sua equipe.

O peso dele

O grupo Coalizão Indústria representa 42% do PIB brasileiro e reúne os setores de maquinário industrial, brinquedos, calçados, alimentos, plástico, aço e uma infinidade de empreendedores. A avaliação deles é de que, por melhor que seja um novo ministro, não terá o peso de um vice-presidente da República.

Um deputado silenciado

Para que o deputado Glauber Braga (PSol-RJ) consiga preservar o mandato, os membros do Conselho de Ética da Câmara pretendem aprovar a exigência de três meses de silêncio. Para um deputado, o fato de não poder usar a tribuna é um castigo. Glauber agrediu fisicamente o integrante do Movimento Brasil Livre (MBL) Gabriel Costenaro, em abril de 2024, e, agora, responde por isso no Conselho de Ética.

Governadores contra os vetos

Em visita à Câmara, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), conversou com o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), sobre a dificuldade de seu estado em aderir ao programa de financiamento da dívida dos estados (Propag). É que mesmo com a isenção concedida pelo governo devido à calamidade de 2024, o Rio Grande do Sul teria que pagar mais de R\$ 3 bilhões por ano. Leite e outros governadores reunidos no Rio de Janeiro, na semana passada, planejam uma ofensiva pela derrubada dos vetos no Parlamento.

Prefeitos reclamam do imbróglio das emendas

Embora o Encontro de Prefeitos e Prefeitas tenha sido organizado pelo governo federal, os representantes dos municípios visitaram muito mais o Poder Legislativo do que o Executivo, numa demonstração clara do deslocamento do eixo de poder. O motivo do périplo ao Congresso foi cobrar dos parlamentares a apresentação de emendas e a votação rápida do Orçamento deste ano. O atraso na deliberação tem prejudicado, principalmente, municípios menores, onde cada centavo das emendas parlamentares vale muito. Os prefeitos esperam que a "briga" entre Judiciário e Legislativo termine logo para haver a

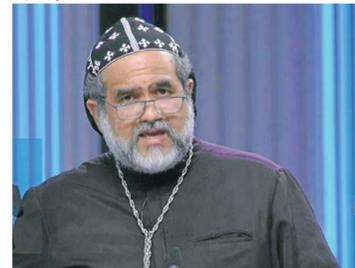
liberação da verba. Mesmo que seja para fazer do jeito que o Judiciário deseja, melhor resolver logo.

Um prefeito desabafou à coluna, lembrando que o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi governador e sabe da importância que as emendas têm para os municípios. O consenso é que a disputa precisa terminar para que os recursos, principalmente de infraestrutura, saúde e educação, sejam utilizados. Os municípios brasileiros até 50 mil habitantes representam 88% (4.895) do total. Ou seja, tem muita cidade precisando da verba.



CURTIDAS

Reprodução/Rede Globo



“Padre” Kelmon, o retorno/ Lembra daquele candidato a presidente do PTB, o “Padre” Kelmon (foto)? Pois é. Ele hoje está filiado ao PL, de brochinho do partido no peito, coordenando nacionalmente o “Foro do Brasil”, “uma instituição que se contrapõe ao Foro de São Paulo” em todos os estados.

Nacional e estaduais/ Kelmon está convocando um deputado de cada unidade da federação para comandar as coordenadorias estaduais. Em Pernambuco, por exemplo, quem estará à frente do “Foro do Brasil” é o deputado Coronel Meira (PL-PE).

Lira, o discreto/ O deputado Arthur Lira (PP-AL) chegou ao Congresso, ontem, sozinho. Apesar de falar ao telefone, cumprimentou quem quis falar com ele.

Ministros presentes/ Orientados pelo Planalto, os ministros foram, em peso, ao Encontro de Prefeitos e prefeitas. A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, por exemplo, passou a manhã de ontem por lá. À coluna, disse que espera a votação do Orçamento para dar continuidade aos trabalhos em conjunto com outros ministérios para impulsionar políticas públicas transversais. “Acho que o maior legado da nossa gestão é quando falamos com outras pastas sobre transversalizar e juntar”, disse.

Colaborou Israel Medeiros

PODER

Governador de Minas, Romeu Zema come a fruta sem descascar para “economizar”, numa ironia à alta dos alimentos. Ministro reage: “Falso”

Banana com casca para criticar governo

» VINICIUS PRATES

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), postou um vídeo, ontem, comendo uma banana com casca para criticar a alta no preço dos alimentos. A publicação faz parte da ofensiva que o gestor deflagrou, recentemente, contra o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No vídeo, Zema afirma ter consultado uma nutricionista para saber se poderia ingerir a fruta com casca, como forma de “economizar”. “Não fica tão bom quanto uma banana pura, não, mas dá para encarar nesses tempos em que os preços dispararam. Fica aí uma sugestão que pode funcionar”, ironizou, sem citar Lula diretamente.

No último sábado, Zema afirmou ao presidente ao comentar a declaração do petista sobre a alta da inflação dos alimentos. O chefe do Executivo tinha sugerido que os brasileiros evitassem comprar produtos caros para forçar a queda de preços.

Na ocasião, também sem citar o nome de Lula, o governador mineiro disse que a população “está careca de saber que o preço dos alimentos está lá em cima e que é difícil ficar optando por outra coisa quando tudo está muito caro”. Zema ainda classificou o posicionamento do petista como “lorota econômica”.

Ele também fez uma metáfora com o reaproveitamento de café já coado. O produto



Zema: “Dá para encarar nesses tempos em que os preços dispararam”

teve um aumento de quase 40% no ano passado. “Tô fazendo aqui uma experiência na minha casa. Peguei o pote de café que eu já havia utilizado na cafeteira e tô deixando ele secar aqui no sol. Pelo que já tomei conhecimento, dizem que fica uma porcaria, mas vamos testar”, disse. “Parece que aqui no Brasil nós estamos acostumados a repetir os mesmos erros já cometidos no passado, na expectativa de que o resultado seja diferente. Vou tentar de novo. Vamos ver o resultado.”

Reação

A provocação foi rebatida pelo ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB). “Zema, eu tenho até respeito por você (...), mas suas redes sociais estão cada vez mais Teletubbies. Nem tem conteúdo, nem tem entrega, não tem entrega, e só se aproveita de qualquer fato que ocorre para tentar pegar carona”, afirmou.

O ministro continuou: “Comer banana com casca para tratar de inflação, politizando o teu café da manhã, está muito falso.

Devia aproveitar para mostrar o que você está fazendo no governo (...) Instagram Teletubbies só serve para dissimular, para esconder o governo fraco que você vem fazendo”.

Na semana passada, Lula afirmou que “uma das coisas mais importantes para que a gente possa controlar o preço é o próprio povo”. “Se você vai a um supermercado e desconfia que tal produto está caro, não compra. Se todo mundo tiver essa consciência e não comprar aquilo que acha que está caro, quem está vendendo vai ter de baixar para vender, porque senão vai estragar”, ressaltou, em entrevista a rádios da Bahia. “Esse é um processo que a gente não precisa falar, porque isso é da sabedoria do ser humano”, acrescentou.

Zema é pré-candidato a presidente da República em 2026 e pode ser um dos adversários de Lula.

Em janeiro, Zema trocou farpas com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por criticar os vetos de Lula à lei que flexibiliza o pagamento de dívidas dos estados com a União e cria o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). O gestor mineiro afirmou que o governo federal quer que os entes federativos paguem a conta de sua “gastança”.

O titular da equipe econômica rebateu, sugerindo que as dificuldades do estado em pagar as dívidas são consequência direta dos “calotes” que o governo estadual deu em seus devedores durante a gestão de Zema.

JUDICIÁRIO

Gustavo Moreno/STF



Barroso concede mais 30 dias para São Paulo apresentar estudos

Câmeras corporais: prazo maior a SP

» RENATO SOUZA

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de mais 30 dias para que o governo de São Paulo apresente estudos sobre a implantação de câmeras corporais nas fardas dos policiais do estado. O período inicial, concedido em dezembro, era de 45 dias. Porém, a Secretaria de Segurança Pública pediu mais tempo para enviar as informações.

Uma decisão liminar de Barroso determinou o uso de câmeras em operações de “grande envergadura”, ações que ocorram para responder a ataques sofridos por policiais ou operações dentro de comunidades vulneráveis. A decisão tem como foco reduzir os casos de violência policial.

Em manifestação enviada ao Supremo, a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo afirmou que o ministro criou uma interpretação ampla ao determinar o uso das câmeras. O governo estadual alega que nem todas

as ações da polícia oferecem risco de confronto.

“Caso interpretada a decisão com a amplitude de tornar obrigatório o uso de câmeras em todas as operações policiais, haverá clara impossibilidade material e operacional de cumprimento, eis que o estado de São Paulo, como já informado em outras oportunidades, conta com um efetivo de cerca de 80 mil policiais militares, que atuam em 645 municípios, mas possui 10.125 câmeras corporais portáteis”, destaca o documento do governo.

Em abril deste ano, o governo de São Paulo firmou compromisso de adotar o uso de câmeras corporais. Ficou acordado com o Supremo que seria feito um edital para a compra dos equipamentos. Em setembro, foi fechado um contrato com a Motorola que prevê a substituição das atuais 10 mil câmeras por novos modelos. Porém, o modelo escolhido permitia o desligamento da câmera durante as operações.